

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : C.B.

CLASS. : 110

DATA : 24 01 90

PG. : 12

Sarney interdita reserva dos Caiapó

O presidente José Sarney assinou decreto, ontem, determinando a interdição pela Funai da área indígena Meganotire, pertencente aos índios meganotire, da tribo Caiapó. A medida deve vigorar por 150 dias, período considerado suficiente para os levantamentos de demarcação da reserva, que fica situada no extremo sul do Pará, e tem uma extensão total de quatro milhões, 938 mil e 100 hectares, o equivalente a duas vezes e meia a superfície do Estado de Sergipe.

O decreto convoca imediatamente o chamado Grupão, formado por técnicos dos ministérios do Interior e da Agricultura e do Estado do Pará, para estudar as diretrizes de demarcação. O decreto nasceu de um acordo feito entre o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Luís Roberto Ponte; o superintendente da Funai, coronel Airton Alcântara; o presidente da Fundação Mata Virgem, Olímpio Serra; o

cacique Raoni, chefe da tribo Txucarramãe; o cacique Kokoretire, chefe dos índios meganotire; e da atriz Lucélia Santos. O encontro foi realizado à tarde, na sala de reuniões do SNI.

A demarcação pode ser homologada ainda no governo Sarney, garantiu o ministro, mas tudo depende da rapidez dos estudos. Ele queria afastar o presidente da Funai, Íris Pedro, da comissão, por achar que ele vem protelando a medida. O coronel Alcântara não aceitou a posição de Serra.

O ministro Luís Roberto Ponte disse que a demarcação não podia ser autorizada de imediato, como vem reindicando o presidente da Fundação Mata Virgem e os caciques, porque a área da reserva é muito extensa. Lucélia Santos também falou em defesa dos índios, observando que a questão era apenas de "vontade política" e o presidente Sarney podia dar um "empurrãozinho".

Olímpio Serra demonstrou a

sua desconfiança com relação ao futuro governo, mas o ministro Ponte disse que os índios têm garantias constitucionais.

No início da reunião, que durou cerca de uma hora, o ministro defendeu a minuta apresentada pelo superintendente da Funai, que previa a interdição da área por 120 dias, determinava um período de 30 dias para concluir os estudos de ocupação da reserva. Ele alegou que é preciso seguir o procedimento do Decreto 95.495, de 23 de setembro de 1987. Raoni foi contra a assinatura do decreto, por considerar uma forma de protelar a medida. Ele, com voz embargada de emoção, disse que estava cansado de tanta enrolação, e apresentou um mapa mostrando a área, e informando que ainda existem grupos "brabos" de índios. Ele também disse que não queria utilizar os mesmos métodos de seus antepassados, que foram obrigados a matar para manter a terra.